



RELATÓRIO ANUAL DE CURSO – Contabilidade e Fiscalidade

1. Introdução

A Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) é uma das mais jovens unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, localizada no centro urbano de Valença – uma vila histórica, na margem esquerda do rio Minho, de rara beleza paisagística e com elevado potencial de desenvolvimento económico e social.

Não obstante a sua curta existência, a ESCE disponibiliza uma oferta formativa variada aos níveis de graduação, pós-graduação e de especialização tecnológica. Paralelamente a estas atividades formativas, a ESCE tem-se ainda destacado na organização regular de conferências, seminários, exposições e outros eventos e atividades de disseminação de conhecimento, contribuindo assim para o enriquecimento cultural e cívico dos seus alunos, bem como da comunidade envolvente.

Para além da elevada qualidade do ensino ministrado, a ESCE proporciona aos seus alunos um ambiente de ensino-aprendizagem de excelência, onde se notam a proximidade e bom relacionamento entre professores e alunos, dinamismo e empenho do seu corpo docente e colaboradores, que continuamente desenvolvem esforços para o sucesso do projeto ESCE, e em consequência, dos seus alunos.

Enquadramento do documento, com a referência dos seus objetivos

O presente relatório, no âmbito do progresso da concretização do processo de Bolonha e nos termos do artigo 66º A, do Dec-Lei n.º 74/2006, com a redação que lhe é dada pelo do Dec-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho de 2008, integra o contributo dos estudantes e docentes,

através de formas de participação e auscultação e inclui informação sobre a Licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade, ministrada na ESCE.

Assim, este documento, relativo ao ano letivo de 2012-2013, tem como objetivo a avaliação da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade e pretende, sobretudo, ser um instrumento que defina e concretize orientações no sentido da melhoria da qualidade do ensino e na aquisição de competências dos estudantes.

De referir que esta licenciatura, de acordo com o processo de Bolonha, foi reformulada, devido a condicionantes externas, nomeadamente, as novas exigências da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) para o reconhecimento do exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas. De salientar ainda, que este organismo profissional, procedeu à acreditação da referida licenciatura e autorizou a dispensa de estágio, no acesso à profissão de TOC, para os alunos que concluíram com aproveitamento a disciplina de Prática Simulada em Ambiente Empresarial ou Projeto de Simulação Empresarial.

1.2 Coerência dos objetivos definidos para a CE com a missão e a estratégia da instituição.

O IPVC é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ES. Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.

Identifica, em cada momento, as partes interessadas – agentes científicos, culturais, sociais e económicos, da região, do país ou estrangeiros – e com elas promove as parcerias consideradas necessárias para uma ação eficaz e de sucesso. A criação de sinergias pela ação concertada das comunidades interna (alunos, funcionários e professores) e externa, em particular, autarquias, serviços e empresas, constituirão a atitude-marca da instituição e do curso de Contabilidade e Fiscalidade.

Dispõe de um modelo organizacional convergente para um projeto único e plural, servido por um sistema de direção estratégica ágil, capaz de distribuir eficientemente os recursos e

orientado para os seus objetivos estratégicos. Dispõe, ainda, de serviços organizados que servem, transversalmente, toda a instituição.

Dispõe de uma oferta formativa diversificada, transversal às suas Escolas e que assegura a formação integral das pessoas, fomentadora do sucesso, da autoaprendizagem e da capacidade de empreender. Usa métodos e processos de ensino/aprendizagem inovadores, atrativos, suportados em novas tecnologias e um ambiente académico estimulante. Desenvolve os seus processos formativos com grande proximidade ao tecido social e económico visando a aproximação dos estudantes ao seu papel social futuro e à realidade do mundo empresarial e do trabalho.

2. Ciclo de Estudos

2.1 Caracterização do Ciclo de Estudos

2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos

Contabilidade e Fiscalidade.

2.1.2 – Publicação do plano de Estudos em DR (indicar o despacho/portaria de publicação)

Despacho n.º 7316/2011, Diário da república 2.ª série, n.º 93 de 13 de maio de 2011

2.1.3 Área científica predominante do ciclo de estudos

Contabilidade.

2.1.4 Classificação da área do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março

34 – Ciências Empresariais.

2.1.5 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março

344 – Contabilidade e Fiscalidade.

2.1.6 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau

180.

2.1.7 Duração do ciclo de estudos (art.º 3.º, do Dec-Lei n.º74/2006)

6 Semestres

2.1.8 Número de vagas aprovado no último ano letivo

35 Vagas.

2.1.9 Condições de acesso e ingresso

Realização e aprovação das provas de ingresso de Economia ou Matemática.

2.1.10 Regime de funcionamento

Pós-laboral.

2.1.11 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos

Prof. Doutor João Paulo Vieito.

2.1.12 Objetivos definidos para o ciclo de estudos

O ciclo de estudos da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade tem por objetivo formar técnicos capazes de exercer funções, aos mais diversos níveis de responsabilidade, na área da Contabilidade e Fiscalidade, como sejam: a dinâmica contabilística, o domínio do nosso sistema fiscal, a identificação da relevância das informações contabilísticas num contexto de perpetuidade das organizações, o apoio à tomada de decisões económico-financeiras nas organizações, a prestação de contas e a identificação/evolução/medida da riqueza da organização.

2.1.13 Demonstração de que os objetivos definidos se enquadram na missão e objetivos da instituição

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior. Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.

Os objetivos definidos enquadram-se nos seguintes eixos:

EIXO1: FORMAÇÃO

Objetivo estratégico

Organizar, de forma integrada, a oferta formativa em função do Espaço Europeu de Educação Superior e das necessidades da sociedade. Desenvolver e aplicar o espírito de Bolonha.

Objetivo operacional

Acompanhar proactivamente as necessidades de novas formações e de reestruturação das existentes.

Políticas

- Criar uma base de dados que inclua a oferta formativa e os recursos (humanos e físicos) existentes;
- Identificar as necessidades formativas das empresas/entidades, particularmente da região;
- Analisar as tendências dos potenciais candidatos ao ensino superior;
- Analisar a eficiência da formação existente, avaliando e acreditando toda a oferta formativa do IPVC.

Objetivo operacional

Dinamizar as novas ofertas formativas identificadas como necessárias, permitindo um crescimento do número de estudantes, fundamental por razões de massa crítica, escala e custos de exploração.

Políticas

- Criar uma bolsa de oferta formativa, incluindo ou fomentando a criação de cursos de especialização tecnológica e formações pós-laborais;
- Construir planos de estudo flexíveis com forte ligação à realidade profissional que, para além das competências técnico-científicas, promovam a mobilidade e a cidadania, considerando a transversalidade das áreas de saber.

Objetivo operacional

Investir na oferta formativa ao nível do 2º ciclo e da formação ao longo da vida.

Políticas

- Criar Mestrados, particularmente em parceria com outras Instituições de Ensino

nacionais e internacionais, definindo como parceiros prioritários os membros da Associação de Politécnicos do Norte (APNOR) – IPCA; IPP e IPB – com especial relacionamento com a Galiza;

- Organizar oferta formativa de 2º ciclo de forma a disponibilizar ações de curta duração, compostos por pequenos módulos de formação específica;
- Criar cursos/ações de formação de acordo com as necessidades identificadas junto das empresas/entidades, promovendo a aprendizagem ao longo da vida.

Objetivo estratégico

Desenvolver a formação integral da Academia IPVC, dotando-a de competências académicas, científicas, cívicas, pessoais e organizacionais num quadro de responsabilidade social, imperativo no ensino superior contemporâneo e inovador.

Objetivo operacional

Investir em estratégias que promovam o aprender a aprender ao longo da vida.

Políticas

- Incentivar o uso de ferramentas de *e-learning*, integrando ativamente o e-Politécnico;
- Realizar colóquios, seminários, congressos, conferências e outros eventos que fortaleçam, nos seus diferentes âmbitos, o IPVC.

Objetivo operacional

Dotar os estudantes de competências ao nível da cidadania e da autoaprendizagem e inculcar-lhes espírito empreendedor e de flexibilidade.

Políticas

- Promover atividades extracurriculares ao nível do empreendedorismo;
- Desenvolver, em parceria com outras entidades, o *Cluster* de Educação para o Empreendedorismo no Alto Minho;
- Incrementar os projetos de mobilidade e conhecimento do mundo, ligados à integração profissional e à prática de cidadania.

Objetivo operacional

Enriquecer a formação integral dos docentes.

Políticas

- Criar um núcleo coordenador da formação pedagógica do IPVC;
- Formar os docentes em metodologias inovadoras: participativas, de projeto e resolução de problemas, *e-learning* e tutorias;
- Apoiar a formação avançada dos docentes;
- Promover o contacto dos docentes com o ambiente envolvente externo, em articulação próxima com a Coordenação do Curso.

EIXO 2: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO + INOVAÇÃO (I&D+I)

Objetivo estratégico

Definir principais linhas de investigação da Instituição.

Objetivo operacional

Analisar o potencial humano da Instituição, em termos de investigação.

Políticas

- Identificar o potencial humano que permita estruturar as competências científicas por grandes áreas;
- Desenvolver e implementar uma base de dados incorporando o conhecimento académico e científico dos docentes da Instituição.

Objetivo operacional

Identificar áreas de investigação e prestação de serviços à comunidade relacionadas com os cursos ministrados.

Políticas

- Definir as linhas de investigação prioritárias transversais à formação, à intervenção na comunidade e à formação avançada, bem como encontrar recursos para essas linhas.
- Enquadrar e apoiar iniciativas de investigação, desenvolvimento e prestação de serviços.

Objetivo operacional

Identificar necessidades e oportunidades de investigação e desenvolvimento a nível

regional, nacional e internacional.

Políticas

- Inventariar e difundir as competências instaladas na I&D+I do IPVC, tendo em vista a valorização do conhecimento;
- Identificar empresas/instituições com capacidade/apetência para desenvolver projetos e/ou prestações de serviços com o IPVC;
- Implementar concurso de ideias inovadoras com prémios facultados pelas empresas.

Objetivo estratégico

Reorganizar as estruturas existentes.

Objetivo operacional

Alargar o âmbito da OTIC.

Políticas

- Envolver as diferentes áreas científicas existentes no IPVC, na OTIC;
- Apoiar e facilitar a apresentação de candidaturas a projetos, patentes e prestação de serviços.

Objetivo operacional

Criar e partilhar centros de investigação e tecnologia aplicada, próprios caso se justifique e existam condições, ou em consórcio com outras instituições congéneres.

Políticas

- Inventariar centros de investigação aplicada existentes e criar condições de adesão aos investigadores e docentes do IPVC;
- Criar as parcerias necessárias à criação de novos centros de investigação aplicada, em áreas científicas relevantes ou de reconhecida necessidade;
- Elaborar regulamentos que enquadrem os centros de investigação e a sua relação com as instituições, os investigadores e os docentes.

Objetivo estratégico

Produzir, aplicar e divulgar conhecimentos e tecnologia, como dimensão fundamental de todo

o processo formativo.

Objetivo operacional

Produzir conhecimento.

Políticas

- Realizar investigação e/ou experimentação em parcerias com outras empresas e instituições;
- Envolver os estudantes nos projetos de desenvolvimento, investigação e inovação.

Objetivo operacional

Aplicar/transferir conhecimento potenciando o I&D+I criado no IPVC, disponibilizando-o, através da OTIC, e valorizando-o economicamente.

Políticas

- Criar “*spin-offs*” com eventual parceria com empresas de capital de risco;
- Integrar parques tecnológicos ou incubadoras de empresas, baseado numa forte cultura de empreendedorismo;
- Favorecer o registo de patentes e marcas.

Objetivo operacional

Divulgar a produção científica.

Políticas

- Realizar sessões de divulgação do trabalho científico desenvolvido pelos diplomados, mestres e doutores à comunidade académica e/ou público em geral;
- Criar meios adequados à divulgação e um repositório da produção científica da comunidade académica do IPVC;
- Promover eventos sociais e científicos ao redor das grandes questões do desenvolvimento regional.

EIXO 3: DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivo estratégico

Implementar um sistema de gestão do desenvolvimento humano.

Objetivo operacional

Garantir um sistema de organização do trabalho que, suportado nas competências e empenho dos colaboradores, desenvolva metodologias e circuitos eficientes.

Políticas

- Estudar e realizar a necessária adequação de competências para bom desenvolvimento de funções em cada posto de trabalho;
- Recrutar com base numa análise criteriosa das necessidades da organização.
- Elaborar e implementar um Manual de Acolhimento para colaboradores;
- Criar/desenvolver um sistema de avaliação de desempenho assente no trabalho por objetivos e que inclua um sistema de recompensas que premeie o mérito;
- Pugnar pelo desenvolvimento de carreiras profissionais consolidadas, progressivas e de mérito.

Objetivo operacional

Desenvolver um sistema de gestão do conhecimento que integre e valorize as pessoas e suas competências e as transforme no ativo mais valioso da Instituição.

Políticas

- Promover e organizar a formação contínua dos colaboradores;
- Continuar o apoio à qualificação dos docentes e funcionários não docentes, em especial daqueles que precisam de concluir as suas formações para poderem consolidar a sua carreira profissional;
- Organizar, de modo integrado, as pessoas e as suas competências no cumprimento da missão da instituição.

Objetivo estratégico

Promover um clima organizacional que contribua para o bem-estar e a realização profissional das pessoas.

Objetivo operacional

Desenvolver instrumentos que permitam uma comunicação eficaz, uma participação ativa e promovam o bem-estar das pessoas.

Políticas

- Promover ações culturais e lúdicas que desenvolvam o espírito de comunidade e de pertença;
- Implementar reuniões sistemáticas organizadas por áreas e serviços;
- Dinamizar o Gabinete de Saúde para a comunidade escolar, em particular nas áreas de Higiene, de Saúde e de Segurança no Trabalho.

Objetivo operacional

Desenvolver processos de análise sistemática dos indicadores do grau de satisfação.

Políticas

- Monitorizar os indicadores integrados no Sistema de Gestão da Qualidade;
- Implementar medidas de melhoria.

Objetivo operacional

Apoiar os estudantes na sua formação cívica e cultural.

Políticas

- Estabelecer medidas que facilitem e estimulem a participação dos estudantes nas políticas da Instituição;
- Elaborar um código de boas práticas e conduta dos estudantes;
- Realizar um estudo que identifique fatores de motivação dos estudantes para a participação nas diversas atividades da vida do Instituto;
- Apoiar a Federação Académica, as Associações de Estudantes e as Tunas, com vista ao desenvolvimento do espírito associativo e da construção de uma vida académica profícua;
- Reforçar os recursos já disponibilizados para o incremento de atividades culturais e desportivas;
- Assegurar a equidade no acesso e na frequência do ensino superior pela permanente atenção, presença e apoio junto dos estudantes mais carenciados;
- Implementar medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.

Objetivo operacional

Alargar o âmbito dos serviços de suporte aos estudantes do IPVC.

Políticas

- Proceder ao levantamento das necessidades educativas especiais e definir um plano de intervenção;
- Reforçar o novo modelo de serviços de apoio ao aluno;
- Aumentar o número de bolsas de trabalho em *part-time*, permitindo aos estudantes bolsistas, em especial, aos mais carenciados, a realização de tarefas dentro ou fora do IPVC;
- Gerar sistemas de financiamento para os estudantes (bolsas, empréstimos, ajudas de emergência);
- Avaliar, de forma continuada, a satisfação dos serviços prestados aos estudantes e colaboradores.

EIXO 4: DIREÇÃO ESTRATÉGICA

Objetivo estratégico

Implementar um sistema de direção estratégica que optimize e mobilize, a todos os níveis, a instituição e a comunidade.

Objetivo operacional

Desenvolver competências de gestão em todos os responsáveis da instituição que suportem o sistema de direção estratégica.

Políticas

- Formar os órgãos de direção e de gestão em planificação estratégica;
- Implementar métodos de gestão por objetivos a todos os níveis da gestão;
- Elaborar planos estratégicos específicos nas diferentes escolas e unidades funcionais;
- Avaliar periodicamente a taxa de execução dos objetivos de cada eixo e, como consequência da avaliação, ir adaptando, adequadamente, o Plano Estratégico;
- Adequar o normativo interno para ajudar a execução dos objetivos estratégicos;
- Apoiar e desenvolver o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), dotando-o da estrutura e dos meios necessários a uma ação eficaz, reconhecendo nele um elemento essencial ao sucesso da instituição.

Objetivo operacional

Promover um sistema de divulgação do plano estratégico dentro e fora da instituição.

Políticas

- Constituir uma comissão de coordenação e acompanhamento do plano estratégico;
- Organizar fóruns de discussão do plano estratégico a nível interno e externo;
- Publicar e enviar o plano estratégico a empresas/instituições;
- Manter o portal do IPVC atualizado e aberto ao público com perguntas/respostas/sugestões.

Objetivo operacional

Envolver as comunidades interna e externa nos processos de implementação da direção estratégica.

Políticas

- Apoiar a criação de uma associação, exterior ao IPVC, que reúna entidades, pessoas, empresas, estudantes e antigos estudantes, professores e antigos professores, trabalhadores não docentes e antigos trabalhadores não docentes, com o objetivo de organizar e potenciar os interesses da comunidade face à instituição e vice-versa;
- Desenvolver a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento (FFMD), entidade fundacional que pertence ao IPVC, dotando-a de utilidade estratégica para a prossecução dos objetivos da instituição

Objetivo estratégico

Consolidar a estrutura organizacional numa eficiente integração e otimização de todos os seus recursos.

Objetivo operacional

Otimizar recursos, diversificar fontes e promover um sistema de distribuição interna mais eficiente.

Políticas

- Prosseguir o esforço de obtenção de fontes de financiamento próprias;
- Estabelecer um quadro de indicadores que permita a distribuição/alocação justa e

adequada de recursos;

- Rever e ampliar a distribuição/alocação interna de recursos entre as distintas unidades de ensino e investigação e funcionais, em função do cumprimento de objetivos;
- Elaborar um plano de marketing institucional que potencie a captação de recursos financeiros externos.

Objetivo operacional

Desenvolver um sistema de informação integral como suporte à tomada de decisões.

Políticas

- Usar a análise económica e a contabilidade analítica em todos os processos de tomada de decisão;
- Implementar um sistema de auditoria periódica da informação produzida e usada.

Objetivo operacional

Adequar as infraestruturas às necessidades da organização institucional.

Políticas

- Prosseguir a construção do novo Pavilhão Pedagógico da Escola Superior de Saúde;
- Promover a construção do novo edifício da Escola Superior de Ciências Empresariais;
- Colaborar na/e apoiar a construção da Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço).

EIXO 5: *MARKETING* E COMUNICAÇÃO

Objetivo estratégico

Desenvolver e consolidar a marca “IPVC” como uma instituição de referência no ensino superior pela sua qualidade global e pelas suas áreas de excelência, moderna, aberta e plural, que serve a sua comunidade e o país e que atrai estudantes de mérito para as suas formações.

Objetivo operacional

Conseguir uma boa imagem do IPVC nas comunidades interna e externa.

Políticas

- Elaborar um Plano de Marketing e de Promoção Institucional;
- Avaliar a imagem que a sociedade em geral tem do IPVC e o seu grau de notoriedade;
- Divulgar os trabalhos realizados por estudantes e docentes, no âmbito pedagógico, de investigação, transferência e inovação, através de todo o tipo de iniciativas e eventos que se tenham por adequados;
- Publicitar, de modo muito especial, as áreas de excelência.

Objetivo operacional

Promover o IPVC, com profissionalismo, com vista a atrair potenciais estudantes.

Políticas

- Organizar um conjunto de atividades dirigidas aos estudantes do secundário, dos CET e ativos profissionais maiores de 23 anos, como visitas temáticas, atividades lúdico-pedagógicas, dias abertos, concursos, feiras e mostras de cursos, portal de acesso ao ensino superior, com vista a difundir a excelência da instituição;
- Organizar ações de formação/informação para psicólogos, professores, empresários, autarcas, jornalistas, etc.

Objetivo operacional

Garantir boas relações com os parceiros sociais.

Políticas

- Elaborar e desenvolver um plano de relações institucionais (com empresas e outras instituições) que favoreça a criação de parcerias e projetos conjuntos.

Objetivo estratégico

Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa.

Objetivo operacional

Estabelecer modelos de comunicação que favoreçam a identidade, o espírito de partilha e o envolvimento das comunidades interna e externa.

Políticas

- Dinamizar o portal com informação atualizada, fiável e atrativa, bem como com a disponibilização de serviços (secretaria virtual, bolsa de emprego...);
- Potenciar a utilização e o recurso à plataforma digital, como por exemplo com a criação de um espaço informativo on-line;
- Desenvolver o canal interno de vídeo e *webTV*;
- Criar uma base de dados para registo e comunicação com antigos estudantes e proporcionar-lhes informação regular sobre a instituição e outras áreas de interesse à sua profissão.

Objetivo operacional

Aumentar o nível de penetração da informação relativa ao IPVC nos órgãos de comunicação e nas redes sociais.

Políticas

- Assegurar uma presença constante nos meios de comunicação social, regionais e nacionais, tornando a atividade do IPVC numa permanente fonte de notícias;
- Efetuar a divulgação de resultados das diversas iniciativas e atividades desenvolvidas no Instituto.

EIXO 6: RELAÇÕES COM A SOCIEDADE/INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivo estratégico

Potenciar as parcerias estratégicas com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região e do país.

Objetivo operacional

Desenhar e aplicar estratégias para melhorar e adequar a resposta às necessidades da comunidade envolvente.

Políticas

- Contextualizar as “relações com a sociedade” e elaborar estudos para a identificação de competências e áreas de intervenção;
- Desenvolver um trabalho proativo, em colaboração com as entidades sectoriais, de identificação das necessidades e oportunidades de intervenção nas áreas que lhe são próprias e que se prendam, sobretudo, com os grandes projetos estruturantes do desenvolvimento da região, em diálogo permanente com os restantes parceiros e agentes regionais.
- Avaliar a implementação das estratégias

Objetivo operacional

Reforçar competências e capacidade de intervenção em projetos e programas de I&D e de prestação de serviços estruturantes do desenvolvimento regional e do país.

Políticas

- Desenvolver um sistema de indicadores e a avaliação permanente das políticas de desenvolvimento local e regional;
- Procurar estar presente na conceção e desenvolvimento de todos os projetos estruturantes do desenvolvimento local e regional;
- Identificar parceiros preferenciais ou partes interessadas em cada espaço de intervenção ou ação do IPVC, assumindo, como regra, a intervenção em parceria;
- Criar espaços para o conhecimento, o consenso e a inovação, que reúnam os diferentes agentes da região e do país no contexto da tripla hélice - investigação académica/empresas/governo.

Objetivo estratégico

Promover a mobilidade internacional das pessoas e dos saberes.

Objetivo operacional

Desenvolver parcerias internacionais com instituições pares e centros de I&D, facilitadoras da conceção e da implementação de projetos conjuntos de I&D e de transferência de tecnologia e conhecimento.

Políticas

- Criar redes de internacionalização transversal a todas as Unidades Orgânicas (UO) do IPVC, em particular com a Euro-região, Galiza-Norte de Portugal e espaço lusófono (I&D, formação, produtos culturais);
- Garantir o cumprimento dos protocolos já assinados no âmbito da cooperação para o desenvolvimento;
- Implementar nos Centros de Recursos ESF - África uma dinâmica de *e-learning* em articulação com as diferentes UO.

Objetivo operacional

Reforçar e institucionalizar programas de mobilidade internacional dos docentes e dos estudantes, no âmbito das diversas áreas formativas e da I&D, no espaço europeu e fora da Europa, em particular no mundo lusófono.

Políticas

- Incrementar as candidaturas aos diversos programas de mobilidade (ex: Erasmus Mundus);
- Valorizar em termos académicos a participação em programas de mobilidade e voluntariado;
- Organizar cursos de verão internacionais, cursos intensivos de Português para estrangeiros (antes do início de cada semestre) e cursos de inglês para os docentes do IPVC.

Objetivo operacional

Promover, em sintonia com as orientações da cooperação internacional, projetos e programas em prol do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza, com especial ênfase nos espaços lusófonos.

Políticas

- Criar uma oficina de voluntariado, constituída por membros do IPVC e da comunidade externa, que promova iniciativas de cooperação para o desenvolvimento;
- Implementar formação geral para o voluntariado em todas as UO do IPVC e núcleos informais para a sensibilização da exclusão social e agendas internacionais.

EIXO 7: LOGÍSTICA

Objetivo estratégico

Potenciar o emprego e a utilização das TIC na instituição.

Objetivo operacional

Desenvolver as infraestruturas e ferramentas TIC.

Políticas

- Implementar um sistema de *workflow*;
- Criar um arquivo digital;
- Alargar os serviços on-line para antigos estudantes e funcionários;
- Desenvolvimento de solução que permita a comunicação entre diversos sistemas de informação;
- Uniformizar os softwares utilizados nos diversos serviços.

Objetivo operacional

Melhorar a gestão dos recursos existentes.

Políticas

- Implementar a Unidade Funcional das Bibliotecas e criação da Unidade Funcional dos Serviços Pedagógicos e Académicos;
- Reequipar alguns laboratórios e adquirir criteriosamente equipamentos pedagógicos.

Objetivo estratégico

Melhorar as infraestruturas e adequar os serviços de suporte.

Objetivo operacional

Implementar um sistema de gestão integrada dos recursos físicos, materiais e equipamentos.

Políticas

- Desenvolver uma ferramenta que permita a gestão de espaços e equipamentos do IPVC;
- Alargar o âmbito da Central de compras do IPVC;

- Desenvolver um sistema integrado de manutenção de infraestruturas;
- Efetuar a gestão integrada de comunicações e vigilância;
- Elaborar um plano de racionalização energética e de sustentabilidade ambiental.

Objetivo operacional

Rentabilizar economicamente as infraestruturas e espaços do IPVC.

Políticas

- Elaborar um plano de exploração económica dos espaços.

2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos

A apresentação do Ciclo de Estudos (CE), seus objetivos, duração, perfil e saídas profissionais, assim como plano curricular e condições de acesso estão explicitamente descritos no portal do IPVC (www.ipvc.pt), na ligação associada ao mesmo. No início de cada ano letivo são dinamizadas reuniões com os docentes e estudantes envolvidos no CE para a divulgação dos objetivos gerais e funcionamento. Na primeira aula de cada UC é efetuada a apresentação dos objetivos específicos dessa UC, programa e metodologias de avaliação. Esta informação também é disponibilizada através da plataforma de e-learning do IPVC (<http://elearning.ipvc.pt>).

2.2. Estrutura Curricular

2.1.1 Estágios e Períodos de Formação em Serviço

Não Aplicável

2.1.2 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço

Não aplicável

3. Organização Interna e Mecanismos da Qualidade

3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo

Os Serviços Académicos, após receberem informação da A3ES com a aprovação/reestruturação/autorização de funcionamento de um curso, criam/atualizam o dossier de curso, onde constam os seguintes documentos:

- Diploma(s) de criação do curso e de aprovação do respetivo plano de estudo;
- Alterações curriculares;
- Planos de transição;
- Listagens de docentes do curso e responsáveis pela coordenação das unidades curriculares;
- Normas de avaliação e ponderação das unidades curriculares;
- Deliberações do Conselho Técnico-Científico relativamente ao curso.

No sistema informático os SAC introduzem toda a informação associada ao plano de estudos do curso, nomeadamente, código do curso e das unidades curriculares, carga horária, ECTS e afetação de docentes às unidades curriculares para posteriormente se fazer a associação dos alunos inscritos no curso/unidades curriculares.

No que se refere à criação/atualização de programas das unidades curriculares, o Coordenador de Curso solicita ao responsável da unidade curricular, o preenchimento e envio do programa, (FOR-01/07) até ao início de cada semestre/ano letivo. Pode também ser apresentada a versão inglesa do programa (FOR-01/47).

O programa é enviado para o Coordenador de Curso que, após discussão e apreciação, o envia para aprovação pelo CTC. O arquivo é realizado nos Serviços Académicos, durante as três primeiras semanas do ano letivo ou de cada um dos semestres.

No planeamento de outras atividades, o Coordenador de curso pode identificar oportunidades de organização de, por ex., colóquios, conferências, seminários com interesse manifesto para o desenvolvimento do processo formativo, social e cultural. Para tal é apresentado à Direção uma proposta das atividades a promover.

No que concerne à distribuição do serviço docente, os responsáveis indicados por cada escola, deverão também identificar a distribuição de serviço docente (FOR-01/02). Neste caso são considerados os planos dos cursos existentes ou planos de cursos propostos, a aguardar aprovação pela tutela, bem como os relatórios de concretização do processo de Bolonha, relativos ao ano letivo anterior, e ainda auscultar os docentes, se necessário.

3.2 Participação de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão

A participação dos docentes é assegurada pela sua intervenção no Conselho Geral, CTC, CA, AC, CP, Coordenações de Curso, Comissões de Curso e de Auto-Avaliação. Além disso, essa participação é ainda promovida em reuniões periódicas de docentes, participação em inquéritos de avaliação do funcionamento do IPVC, intervenção em processos pedagógicos e académicos chave como a preparação de materiais pedagógicos, análise de pedidos de creditação de competências, júris de provas, etc.

A participação dos estudantes é assegurada através da sua representação no Conselho Geral, Conselho Académico, Conselho Pedagógico, Comissão de Curso e de Auto-Avaliação, intervenção das Associações e Federação de Estudantes, Inquéritos de avaliação da Qualidade de Ensino, das Bibliotecas e dos Serviços de Ação Social.

%participação IASQE	10/11	11/12	12/13
1ºS		26.7%	50.6%
2ºS	21.6%	13.3%	1.6%

3.3 Estruturas e Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos

O IPVC tem implementado um Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade (SGGQ), certificado desde 2009, no âmbito da ISO 9001 por entidade acreditada pelo IPCA e certificado pela A3ES. O sistema está organizado em processos e orientado para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e atividades de IDI, gestão e de suporte. O SGGQ, coordenado pelo Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ), gera informação para definir medidas de melhoria contínua dos ciclos de estudos e procura o comprometimento de todos os atores neste processo. O GAQ apoia as Coordenações de Curso nos mecanismos de Garantia da Qualidade, em cooperação com órgãos e serviços que intervêm nas atividades administrativas, científicas e pedagógicas. Anualmente, é implementado um Programa de Auditorias, permitindo definir causas de ocorrências e ações corretivas. São elaborados Relatórios Anuais das UC's e de Curso que permitem, juntamente com os Relatórios das auditorias, Relatórios de Auscultação às partes interessadas e com os resultados dos indicadores de desempenho dos processos relacionados com o ensino e aprendizagem, efetuar uma análise do grau de cumprimento dos objetivos e definir ações de melhoria para o ciclo de estudo.

3.4 Procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

O GAQ tem implementado procedimentos de auscultação para avaliar o grau de satisfação das partes interessadas incluindo a realização de inquéritos e monitorização de sugestões e reclamações e estudos de follow-up, feitos a antigos estudantes, parceiros e instituições empregadoras. Destaca-se o inquérito de avaliação da satisfação da qualidade de Ensino elaborado semestralmente aos estudantes, que inclui uma componente de avaliação da escola, dos docente e das UC's, ECTS e do CE no seu todo. É continuamente monitorizada informação relativa a candidaturas e colocações, caracterização dos estudantes, sucesso, abandono e empregabilidade para o CE, que juntamente com os relatórios resultantes das auditorias internas e dos processos de auscultação e avaliação da satisfação, são usados para a avaliação periódica do CE e reportados no Relatório anual de Curso. Com base nos resultados, são definidas ações de melhoria. (Acções de Melhoria são apresentadas no **Ponto 11-Propostas de Ações de Melhoria para o Ciclo de Estudos**)

Apresentam-se a seguir as opiniões dos Alunos, recolhidas nos inquéritos, relativamente ao curso de Contabilidade e Fiscalidade ministrado na Escola Superior de Ciências Empresariais (Quadro I).

Quadro I - Resultado do inquérito de opinião sobre a licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade.

		Não se aplica	Discordo completamente	Discordo	Concordo	Concordo completamente	Total
C1 - A carga horária anual do curso é adequada	N	0	0	0	1	0	C1 - A carga horária anual do curso é adequada
	%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	
C2 - O curso que frequento corresponde efetivamente às minhas expectativas	N	0	0	0	1	0	C2 - O curso que frequento corresponde efetivamente às minhas expectativas
	%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	
C3 - A dimensão teórica é adequada	N	0	0	0	1	0	C3 - A dimensão teórica é adequada
	%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	
C4 - A componente prática/laboratorial é adequada	N	0	0	0	1	0	C4 - A componente prática/laboratorial é adequada
	%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	
C5 - O curso corresponde a necessidades da vida profissional	N	0	0	0	1	0	C5 - O
	%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%	0.0%	

Nº de alunos inquiridos: 1

Pela análise dos resultados apresentados podemos concluir que totalidade dos alunos considera que o curso corresponde às suas expectativas e que satisfaz as necessidades da vida profissional. Os resultados mostram, também, que a carga anual, a componente teórica e a componente prática/laboratorial são adequadas.

De referir que os inquiridos valorizam como mais importantes, os seguintes aspetos:

- O curso corresponde efetivamente às suas expectativas;
- O curso corresponde a necessidades da vida profissional.

Neste contexto é ainda importante sublinhar que a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade pelo IPVC, segundo NP EN ISO 9001:2008 é certificado desde 2009 pela SGS ICS, entidade acreditada pelo IPAC, no âmbito da Formação Superior em todas as suas Escolas e em concreto nos procedimentos relativos aos processos relacionados com os Cursos: Formação (FOR-05; FOR-06), Académicos (ACA-10), Observatório (OBS-01; OBS-02) e Gestão e Melhoria do Sistema (GMS-02 e GMS-03). São considerados ainda os resultados do Relatório de Curso anteriores, Índice de Sucesso Escolar e dos Indicadores de Desempenho dos Processos

Formação, Cooperação Internacional, Observatório e Académicos. São também considerados os Indicadores dos Objetivos da Qualidade 8; 13; 14; 15.

Existe, igualmente, informação sobre o ajustamento curricular e exigência de estudo aos ECTS que compõem uma unidade curricular.

3.5 Procedimento de avaliação do desempenho do pessoal docente e medidas para a sua permanente atualização

O IPVC considera que o potencial das pessoas pode ser melhor usado através da partilha de valores e de uma cultura de confiança e de responsabilização, que encoraje o envolvimento de todos. Baseado numa gestão e partilha de conhecimentos, dentro de uma cultura de aprendizagem contínua, inovação e melhoria, procura-se: transmitir a importância da contribuição de cada um; identificar fatores que constituem obstáculo ao trabalho; aceitação das responsabilidades; avaliar o seu desempenho, em função de objetivos e metas; estimular o reforço das suas competências, conhecimentos e experiência e sua partilha; a discussão aberta de problemas e questões relevantes. O Regulamento do Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente do IPVC, está implementado e define os mecanismos para a identificação dos objetivos do desempenho docente para cada período de avaliação, explicitando a visão da instituição, nos seus diversos níveis, ao mesmo tempo que traça um quadro de referência claro para a valorização das atividades dos docentes e estabelece, ainda, as regras para alteração do posicionamento remuneratório de acordo com os artigos 35º-A e 35º-C do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP). As medidas para a atualização do corpo docente não poderão ser vistas, no momento atual, afastadas da obrigação legal das instituições de ensino superior criarem condições aos seus docentes para fazerem ou concluírem a sua formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do próprio subsistema, da própria instituição e do acesso à carreira por parte dos docentes. Até ao final de 2011, o programa PROTEC, organizado pela ADISPOR, permitiu um impulso na formação avançada dos docentes do ensino superior politécnico, contratualizando essa formação com universidades europeias. Além da formação avançada o IPVC têm mantido uma atitude de incentivo e ajuda à atualização permanente do corpo docente, quer através de formação organizada internamente, quer por apoio à participação em formação externa quer, ainda, pela concessão do estatuto de bolseiro. A própria existência do SGGQ-IPVC, em que, no âmbito do Processo de gestão dos Recursos Humanos, se diagnosticam as necessidades formativas e se elaboram Planos anuais de Formação, apoia a política de formação da instituição. A instituição assume que a qualidade do ensino & aprendizagem, de investigação e de prestação de serviços se baseia nas qualificações e competências dos seus docentes e funcionários. De referir ainda, nesta política de Melhoria da

Qualidade, a realização periódica dos inquéritos de satisfação dos colaboradores do IPVC. Através do RJIES e dos Estatutos, todas estas informações são debatidas a nível das direcções das UO's, das áreas científicas, do Conselho de Gestão alargado, dos Conselhos Técnico-Científico, Académico e Pedagógico e das Comissões de Curso.

3.6 Discussão e utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos na definição de ações de melhoria.

Os relatórios de Curso são analisados pela Direcção da UO, em Conselho Pedagógico e são divulgados à comunidade através do portal do IPVC. Poderão também ser analisados em reuniões de docentes e de estudantes do CE. As ações de melhoria propostas são submetidas à Direcção da Escola e no caso de envolverem modificações ao plano de estudos, também ao CTC. As ações são planeadas entre a Coordenação de Curso e a Direcção, definidos responsáveis e prazos de implementação. O acompanhamento e a análise da eficácia das ações implementadas para a melhoria do CE é da responsabilidade do CC que reporta à Direcção e regista no relatório de Curso seguinte. O seguimento das ocorrências detetadas em auditorias, acompanhamento de sugestões e reclamações e avaliação da eficácia das ações corretivas é da responsabilidade do GAQ, que também monitoriza os indicadores desempenho dos processos e dos objetivos gerais da Qualidade do SGGQ, definidos anualmente, e reporta nos Balanços da Qualidade para Revisão do Sistema.

3.7 Outras vias de avaliação/acreditação nos últimos 5 anos.

O SGGQ do IPVC está certificado pela Norma Internacional ISO 9001 desde Janeiro de 2009 e obteve em Janeiro de 2013 a certificação pela A3ES .

4. Recursos Materiais

Para além da listagem que consta do PAPCEF ou PAPNCE, foi incluído neste relatório **apenas as atualizações** – novos espaços e aquisição de novos equipamentos – nos seguintes quadros.

4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis (novos em relação a 11/12)

Recursos Materiais – Novas Áreas Disponíveis /reformuladas	
Tipo de Espaço	Área (m2)

Não houve disponibilização de novas áreas durante o ano em referência

4.2 Recursos Materiais – Equipamentos (novos em relação a 11/12)

Recursos Materiais – Equipamentos	
Tipo de Equipamento	Número

Não houve disponibilização de novos equipamentos durante o ano em referência

4.3 Recursos financeiros

Os recursos financeiros disponíveis, para o ciclo de estudos cumprir os seus objetivos de forma sustentada, foi uma verba de 1500,00€, utilizada na aquisição das licenças que permitiram aos alunos participar no jogo de simulação de gestão, CESIM e de bibliografia, equipamentos e aplicações informáticas específicas da área do ciclo de estudos.

5. Parcerias

5.1 Parcerias internacionais e nacionais do CE

As parcerias internacionais estabelecidas com a ESCE foram as seguintes:

País	Instituição
Alemanha	<ul style="list-style-type: none">• Heilbronn University• Berufsakademie Ravensburg
Bélgica	<ul style="list-style-type: none">• KHATO – Katholieke Hogeschool Zuid-West-Vlaanderen
Croácia	<ul style="list-style-type: none">• University of Split
Espanha	<ul style="list-style-type: none">• Universidad de León• Universidad de Santiago de Compostela• University of Las Palmas de Gran Canaria
Estónia	<ul style="list-style-type: none">• Tallin University of Technology
França	<ul style="list-style-type: none">• Université Paris Descartes
Grécia	<ul style="list-style-type: none">• A.T.E.I. of Thessaloniki
Holanda	<ul style="list-style-type: none">• Avans University of Applied Sciences
Letónia	<ul style="list-style-type: none">• Rezeknes Augskola
Lituânia	<ul style="list-style-type: none">• Siauliu Universitetas

	<ul style="list-style-type: none"> • Vilnius Gediminas Technical University
Polónia	<ul style="list-style-type: none"> • Gdansk University of Technology • Politechnika Opolska • Poznan Banking School • Politechnika Warszawska
República Checa	<ul style="list-style-type: none"> • University of Hadrec Králové • Politechnika Jihlava
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Ribeirão Preto, São Paulo

À exceção da Universidade de Ribeirão Preto, todas as parcerias são no âmbito do Programa de Cooperação e Mobilidade Socrates/Erasmus.

Observando-se o ano letivo 2011/12 registou-se o incremento de duas parcerias, sendo estas com as universidades: de Split e Ribeirão Preto, situadas na Croácia e Brasil, respetivamente.

Todas as parcerias internacionais estabelecidas no âmbito do Programa de Cooperação e Mobilidade Socrates/Erasmus podem ser consultadas na página institucional do IPVC no URL: http://internacional.ipvc.pt/pt/univparc?tid_2=All&tid_1=8&tid=39&=Apply

5.2 Promoção da cooperação interinstitucional

O IPVC tem definido os procedimentos, para a cooperação em projetos I&D, com apoio da OTIC, cooperação em mobilidade, com coordenação pelo GMCI e para cooperação em projetos de ensino, coordenado pelas direções da Escola e Presidência e procedimentos da cooperação internacional CIN-01 e CIN-06. A identificação de oportunidades para estabelecimento de parcerias para Mobilidade, I&D e Cooperação pode ser desencadeado pelos órgãos dirigentes do IPVC e das Escolas, por Coordenadores de Curso, Áreas Científicas, Docentes, Investigadores ou por qualquer colaborador do IPVC. Os contactos iniciais poderão ser realizados pelos preponentes ou pelo GMCI, que dará conhecimento desta intenção à Presidência do IPVC. O estabelecimento de parcerias para mobilidade poderá ser com base em acordos bilaterais entre instituições europeias detentoras da Carta Universitária Erasmus (EUC)

ou através de acordos com Consórcios de Países Terceiros e/ou do Espaço Europeu. Relativamente aos últimos dois anos, os dados são:

- Mobilidade em número de alunos /Países

<i>Outgoing</i>	2011/2012	2012/2013
Número	1	3
País	Bélgica	Espanha; Polónia República Checa
<i>Incoming</i>		
Número	8	1
País	Espanha Polónia	Polónia
Total	9	4

- Mobilidade em número de docentes

	2011/2012	2012/2013
<i>Outgoing</i>	1	1
<i>Incoming</i>	0	4

- Mobilidade de Staff em número

Não houve mobilidade de nenhum elemento do Staff da ESCE, já que a nível do IPVC apenas existiu uma bolsa.

5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas

No período letivo 2012/2013 foram promovidas pelo Coordenador de curso e pelos docentes da instituição visitas de estudo a algumas empresas da região e workshops em diversas áreas de conhecimento. Foram ainda estabelecidos protocolos de cooperação entre a ESCE e empresas nacionais.

Empresas com protocolo de cooperação para Licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade

A Teia Comercial - Comércio por grosso e a retalho de artigos de artesanato e afins, Lda
AC Concept, S.A.
AJLM-Contabilidade e Consultoria, Lda.
Armando Marques Rodrigues Unipessoal Lda
Aval Soluções Mediação de Seguros, Lda
Bem Seguro
BSHP Electrodomésticos, Lda
Cálculo XXI - Soluções de Contabilidade, Auditoria e Gestão Lda
Carlos Ribeiro Contabilidade e Serviços, Lda.
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda.
Cascata de Números Consultores
Clara Puga & Américo Cruz, Lda
Cientíssimo Mediação Seguros Unipessoal, LDA
Confiage - Contabilidade Financeira Analítica, Lda.
Cota Cruz & Janela Lda
Diassociays - Consultoria, Desenvolvimento Social, Recursos Humanos e Formação Profissional
Dvl - Serviços, Unipessoal Lda
F. Rebelo Gestão de Empresas, Lda
F3M Information Systems S.A.
Fernandes & Pimenta II Lda.
Gapeval - Gabinete de Apoio a Empresas, LDA
JPA Portugal - Consultores, S.A.
Lameguiper-Sociedade de Distribuição, S.A.
MARSO- Gabinete Técnico de Administração, SA
MundiServiços-Companhia Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda
Município de Valença
Oryzon Energias,S.A.;
PAFT- Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda.
Sage Portugal-Software S.A.
SAINT-GOBAIN MONDEGO
Santos & Santos, S.A.
Soluções Alvo Mediação de Seguros, Lda
Supermercado Carla
Tomenota II Gestão Empresarial, Lda
Viadpuk Lda

Na sequência dos protocolos de cooperação estabelecidos realizaram-se 4 protocolos de estágio extra curricular para alunos de 3º ano.

De forma a consolidar a relação da ESCE com o tecido empresarial da região, realizaram-se ainda as 2ªs Jornadas de Contabilidade que decorreram nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2012. (vide programa em anexo 1).

Realizou-se ainda em parceria com a OTOC a formação “Orçamento de Estado 2013 e Encerramento de Contas 2012”, na qual participaram 50 TOC’s da região e funcionários. (vide programa em anexo 2).

A ESCE realizou o Jogo de simulação de Gestão Empresarial tanto, a nível de escolas secundárias, bem como, a nível empresarial.

A nível empresarial o jogo decorre em parceria com o Crédito Agrícola Noroeste e CEVAL. Em cada empresa participante incorporou em um aluno finalista por forma a potenciar uma oportunidade de emprego.

6. Pessoal Docente e Não Docente

6.1 Pessoal Docente

Nos últimos anos, tem-se verificado um incremento significativo do número de docentes com o grau de doutoramento e título de especialista. O programa PROTEC, destinado à formação avançada dos docentes do Ensino Superior Politécnico, e a ADISPOR, através da contratualizando de programas doutorais com Universidades Europeias foram, e continuam a ser, cruciais para se alcançar os objetivos pretendidos em termos da formação avançada dos docentes da ESCE ao nível do doutoramento. No caso dos docentes que se espera que concluam a sua formação avançada a curto prazo, a ESCE continua a manter uma política de incentivo em termos de organização do trabalho para que os mesmos consigam concluir a desejada formação com a maior brevidade.

Saliente-se, ainda, que o IPVC possui um Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade, em que a Formação e os Recursos Humanos diagnosticam as necessidades formativas dos docentes e funcionários e as implementam formações adequadas apoiando, assim, a política de formação da instituição.

6.1.1 Distribuição de Serviço Docente

Docente	Categoria	Regime de Tempo (%)	Grau Académico	Área científica	UC's Lecionadas no curso
Álvaro José Silva	Professor Adjunto convidado	50%	Especialista	CTB	Contabilidade das Instituições Financeiras
				CTB	Contabilidade de Gestão I
Amândio Francisco Caridade da Silva	Assistente Convidado	50%	Licenciado	FIN	Contabilidade Financeira III
				FIN	Finanças
				FIN	Relato Financeiro
				FIN	Finanças Internacionais * (tutoria)
Andreia Sofia da Costa Teixeira	Assistente Convidada	50%	Doutora	SER	Informática Organizacional
				SER	Introdução à Informática* (tutoria)
Carlos Alexandre Quelhas Martins	Assistente Convidado	50%	Especialista	CTB	Análise de Projetos de Investimento
				CTB	Análise de Projetos de Investimento *
				CTB	Contabilidade Financeira I
Carlos Barros	Assistente Convidado	50%	Doutor	AMA	Estatística I
Domingos Silva Fernandes	Professor Adjunto Convidado	50%	Especialista	CTB	Fiscalidade III
Elvira Pacheco Vieira	Professora Adjunta Convidada	50%	Doutora	ECO	Economia
Filipe Manuel Sampaio de Carvalho	Professor Adjunto	100%	Doutor	AMA	Estatística II*
				AMA	Estatística II
				AMA	Matemática I* (Tutoria)
				AMA	Matemática
Helena Sofia Ferreira Rodrigues	Eq. Assistente 2.º triénio com mestrado	100%	Doutor	AMA	Matemática II* (Tutoria)
João Carlos de Oliveira Lourenço Caldeira	Assistente Convidado	40%	Licenciado	CTB	Fiscalidade I
				CTB	Fiscalidade II
João Paulo Torre Vieito	Professor Adjunto	100%	Doutor	FIN	Cálculo Financeiro (docente responsável) Projeto em Simulação Empresarial (responsável)

Jorge Ferreira Dias Figueiredo	Professor Adjunto Convitado	100%	Doutor	OEE	Organização de Empresas (docente responsável)
Jorge Manuel Esparteiro Garcia	Eq. Assistente 2.º triénio com mestrado	100%	Mestre	CDC	Introdução à Base de Dados
José Nuno Costa Azevedo	Eq. Assistente 2.º triénio	100%	Licenciado	CTB	Contabilidade de Gestão II
				CTB	Contabilidade Financeira Avançada
				CTB	Prática Simulada em Ambiente Empresarial*
				CTB	Projeto em Simulação Empresarial (tutoria)
				CDC	Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros
Lígia Celeste Soares da Torre	Assistente Convitada	50%	Mestre	CTB	Contabilidade Financeira II
				CTB	Gestão Orçamental
Maria Daniela Silva Sousa Freitas Lickfold da Silva	Professora Adjunta Convitada	60%	Especialista	CTB	Auditoria
				CTB	Contabilidade Pública
				CTB	Contabilidade Pública*
				CTB	Contabilidade Financeira I
Maria do Rosário Santos Garcia da Costa	Assistente Convitada	30%	Licenciada	CDC	Modelos Informáticos e Organizacionais
				CDC	Sistemas e Aplicações Informáticas
Maria Luísa Parente Pinheiro de Almeida	Eq. A Assistente de 2.º Triénio com mestrado	100%	Mestre	SOC	Relacionamento Interpessoal, Liderança e Negociação* (tutoria)
				SOC	Ética e Deontologia Profissional
Mariana Rosas Rebelo Megre Sarmento	Assistente Convitada	50%	Mestre	SOC	Direito das Obrigações
				SOC	Direito do Trabalho e das Sociedades Comerciais
				SOC	Noções de Direito Empresarial
Sónia Patrícia Basto de Carvalho	Eq. Assistente do 1.º Triénio	100%	Licenciada	FIN	Cálculo Financeiro
				FIN	Gestão Financeira I
				FIN	Gestão Financeira II
Teresa Susana Mendes Pereira Bernardino	Professora Adjunta	100%	Doutora	CDC	Comércio Eletrónico*

(*) Unidades Curriculares do plano anterior para os alunos abrangidos pelo regime de transição.

- 6.1.2** Percentagem dos docentes do ciclo de estudos em tempo integral (100%): 60.81% (9/14,8)
- 6.1.3** Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com doutoramento: 37,16% (5,5/14,8)
- 6.1.4** Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudo com doutoramento na área científica do ciclo de estudos: 6.76% (1)
- 6.1.5** Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral com doutoramento na área científica do ciclo de estudos: 1
- 6.1.6** Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista: 14,19% (2,1/14,8)
- 6.1.7** Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 14,19% (2,1/14,8)
- 6.1.8** Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral e com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 0
- 6.1.9** Percentagem de docentes doutorados e docentes com título de especialista do ciclo de estudos: 87,84% (13/14,8)
- 6.1.10** Percentagem de docentes do ciclo de estudos (ETI) com doutoramento e com título de especialista: 51,35% (7,6/14,8)
- 6.1.11** Percentagem dos docentes que mantêm a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos: 81.08% (12/14,8)
- 6.1.12** Docentes do ciclo de estudos que, nos próximos dois anos, possam vir a obter o grau de doutor ou o título de especialista: 47.30% (7/14,8)
- 6.1.13** Promoção da mobilidade do pessoal docente do ciclo de estudos entre instituições nacionais ou internacionais: Número de docentes *incoming:0* e *outgoing:0* no âmbito do curso

6.2 Pessoal Não Docente

6.2.1 Caracterização

6.2.1 Número e regime de dedicação do pessoal não docente afeto à lecionação do ciclo de estudos.

A implementação dos novos Estatutos do IPVC, conduziu a uma reestruturação transversal, com a centralização nos Serviços Centrais dos seguintes serviços: Direção de Serviços

Administrativos e Financeiros, Direção de Serviços informáticos, Divisão de Serviços Técnicos, Divisão de Serviços Académicos, Divisão de Recursos Humanos, Gab. Comunicação e Imagem, Gab. Mobilidade e Cooperação Internacional, Gab. Avaliação e Qualidade e a OTIC. Neste sentido, na ESCE funcionam apenas os serviços de apoio às atividades de ensino, que são assegurados pelas funcionárias Dra. Maria do Castelo, Dra. Paula Andrade, Dra. Elisabete Rebelo, Dra. Beatriz Fernandes e a D. Amélia.

6.2.2 Procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal não docente.

A Avaliação do Pessoal Não Docente é feita através do SIADAP. O SIADAP é o modelo de avaliação global que permite implementar uma cultura de gestão pública, baseada na responsabilização dos trabalhadores relativamente à prossecução dos objetivos fixados para o avaliado, por UO e Serviço. Posteriormente, a harmonização das propostas de avaliação é efetuada através da reunião do Conselho Coordenador de Avaliação. A avaliação decorre através de preenchimento de ficha de autoavaliação e posterior ficha de avaliação preenchida em reunião entre o avaliador e o avaliado. Esta avaliação é objeto de parecer por parte da Comissão Paritária para a Avaliação. As avaliações são homologadas pelo Presidente do IPVC, com o conhecimento do Avaliado.

Esta avaliação assim como alguma informação considerada pertinente resultante de IASQE/gestão de não conformidades e reclamações relativas a desempenho dos funcionários e/ou serviço reportadas devem ser consideradas para análise e eventual definição de plano de formação e acompanhamento (da responsabilidade de Direcção da UO ou Serviço e reportar a RHU para incluir em Plano de Formação)

7. Estudantes

7.1 Caracterização dos Estudantes

Caracterização dos estudantes inscritos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem socioeconómica (escolaridade e situação profissional dos pais) As tabelas abaixo apresentam a caracterização dos estudantes do CE em termos percentuais (%), quanto ao género, idade, região de residência.

Género	2011/12	2012/13
Masculino	24	20
Feminino	76	80

Idade	2011/12	2012/13
Até 20 anos	3	7
20-23 anos	21	12
24-27 anos	27	39
28 e mais anos	49	42

Região	2011/12	2012/13
Norte	100	100%
Centro		0
Lisboa		0
Alentejo		0
Algarve		0
Ilhas		0

Escolaridade dos Pais	2011/12	2012/13
Superior	7	6
Secundário	7	12
Básico 3	6	16
Básico 2	13	13
Básico 1	65	51

Situação Profissional dos Pais	2011/12	2012/13
Empregados	62	31
Desempregados	3	6
Reformados		
Outros	35	64

Relativamente aos períodos letivos em análise (2011/2013) observa-se que a totalidade dos alunos são do Norte do país e cerca de 80% são do sexo feminino. De registar ainda que 80% dos alunos apresentam idades compreendidas entre os 24-27 anos e mais de 28 anos, registando-se respetivamente 39% e 42% nos ingressos de 2012/13.

Quanto ao entorno familiar, constata-se que apenas 6% dos alunos são provenientes de famílias em que os seus pais frequentaram e obtiveram grau académico. Por seu turno, os percentuais relativos ao ensino básico primário abarcam 65% e 51% nos anos 2011/12 e 2012/13 respetivamente.

Quanto à situação profissional registou-se um decréscimo acentuado no percentual de pessoas empregadas passando de 62% para 31%, tendo-se verificado um aumento em outros passando de 35% para 64%. Relativamente ao número de desempregados ter duplicado, passou de 3% para 6%, em valores absolutos não parece uma situação muito alarmante dado a conjuntura económica atual.

Número de estudantes por ano curricular:

	2011/12	2012/13	2013/14
Ano Curricular	N.º Alunos		
1º	N.D	17	14
2º	N.D	16	7
3º	N.D	26	33

7.1.2 Procura do ciclo de estudos

A procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes nos últimos 3 anos. Caracterizar a procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes nos últimos anos.

	2008/09	2009/10	2010/11	2011/2012	2012/2013
Vagas	35	35	35	35	25
Candidatos	38	47	36	20	22
Candidatos na 1.ª opção	13	16	8	2	4
Colocados	15	17	11	3	5
Colocados na 1.ª opção	13	16	8	2	4
Nota mínima de entrada	108,8	95	106,8	109,8	145,6
Nota de média de entrada	134	131,3	133,4	123,5	125

(Em 2.º Ciclos de Estudo, preencher os campos aplicáveis)

Desde a criação do curso em 2008 até ao ano letivo de 2012 o nº das vagas para ingresso foi de 35. Para o mesmo período foi-se registando um decréscimo tanto em nº de candidatos bem como, em nº de colocados, registando-se um movimento contrário no ano 2009/10, ano de maior nº de candidatos, de candidatos em 1ª opção e nº de colocados na 1ª (16). No entanto, este também foi o ano em que se registou a nota mínima mais baixa (9,5 valores).

A partir de 2012/13 o nº de vagas passou para 25. No entanto regista-se um ligeiro aumento quanto ao nº de candidatos, do nº de colocados, inclusivamente em termos de 1ª opção. Quanto à nota mínima de entrada e respetiva média, observa-se que esta também aumentou de 2011/12 para 2012/13. E apesar de a nota mínima de entrada ter sido em 2012/13 14,56 valores a nota média foi apenas de 12,5 valores.

7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem

7.2.1. Estruturas e medidas de apoio pedagógico e de aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Os estudantes encontram apoio pedagógico junto da Coordenação de Curso e dos docentes, estando definido um horário de atendimento para o efeito. O Conselho Pedagógico da Escola e o Conselho Académico do IPVC são estruturas onde os estudantes estão representados e que permitem discutir a orientação pedagógica, apreciar queixas relativas a falhas pedagógicas e propor providências necessárias. O IPVC possui um Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional que presta apoio e aconselhamento aos estudantes ao nível da mobilidade internacional.

7.2.2 Medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica

O IPVC produz um Guia de Acolhimento ao estudante, possui uma Oficina Cultural, um Gabinete de Saúde e um Centro Desportivo que existem para o fomento da cultura, desporto e saúde e para a integração dos seus estudantes no ambiente académico. Anualmente são ainda promovidas atividades extracurriculares que estimulam a participação na comunidade académica. A ESCE desenvolve festas extracurriculares nas épocas festivas (Natal e Páscoa) de forma a promover a participação de toda a comunidade escolar. As AEESCE juntamente com alguns docentes promovem atividades desportivas.

As Associações e a Federação Académica, em articulação com o Provedor do Estudante, têm como função a defesa dos interesses dos estudantes e a sugestão de ações de melhoria das condições de ensino e de estímulo da participação na comunidade. O Dia do IPVC, Dia da Escola, Semana de Receção ao Caloiro, Semana Académica e Semanas Culturais são eventos, também, promovidos com essa finalidade.

Estas medidas são monitorizadas através dos inquéritos de satisfação da qualidade de ensino, sendo os resultados considerados para avaliação das medidas implementadas e para a definição de ações de melhoria.

7.2.3 Estruturas e medidas de aconselhamento sobre as possibilidades de financiamento e emprego

A UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa do IPVC, em articulação com a OTIC, presta aconselhamento ao nível do financiamento a projetos de investimento e à criação do autoemprego durante e após a conclusão da formação. O empreendedorismo é efetivamente uma das capacitações que se pretende incutir aos estudantes, nomeadamente através de concursos de ideias (Poliempreende), bem como o jogo de simulação de gestão CESIM. Estas ferramentas de ensino/aprendizagem permitiram aos alunos uma consolidação mais profunda de conhecimentos adquiridos em diferentes unidades curriculares, num ambiente real, bem como o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico. O IPVC possui ainda uma bolsa de emprego *online* onde são publicitadas ofertas de emprego ao público em geral e aos estudantes do IPVC em particular. Através dos Serviços de Ação Social os alunos candidatam-se a bolsas de estudo que são concedidas com base nas regras definidas pela tutela para o efeito. Paralelamente, o IPVC criou a Bolsa de Colaboradores Bolseiros, iniciativa que visa reforçar as condições para o desenvolvimento da oferta de atividades profissionais em tempo parcial pela instituição aos estudantes, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da sua atividade académica.

A ESCE arrancou com o Projeto Individual Integrado (PII), projeto inovador que visa em simultâneo interligar as diferentes áreas do conhecimento na criação de um negócio, bem como, permitir que ao longo da formação académica todo e qualquer aluno desenvolva um projeto para criação do seu próprio emprego.

7.2.4 Utilização dos resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes na melhoria do processo ensino/aprendizagem

Semestralmente é promovido o Inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino (IASQE). Neste instrumento de auscultação, os estudantes são convidados a se pronunciarem sobre questões relacionadas com o curso, funcionamento das UC's e desempenho dos docentes. Deste processo resulta um relatório que é comunicado às Escolas, Áreas Científicas, Docentes e Estudantes, analisado ainda no Conselho Pedagógico e onde se podem aferir os resultados com base nos quais são definidas medidas de melhoria do processo de

ensino/aprendizagem. São ainda consideradas as reclamações e sugestões apresentadas pelos Estudantes no âmbito do ciclo de estudo. Complementarmente, é realizado um inquérito anual aos utilizadores das bibliotecas. A informação resultante do processo de auscultação dos estudantes é analisada no âmbito do Relatório Anual de Curso. Estes resultados são considerados para o processo de avaliação do desempenho docente. É elaborado ainda um inquérito aos estudantes ERASMUS que é analisado pelos cursos em que há mobilidade.

7.2.5 Estruturas e medidas para promover a mobilidade, incluindo o reconhecimento mútuo de créditos

O Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional e o Gabinete de Estudos e Educação para o Desenvolvimento do IPVC funcionam atualmente com diversos programas (ERASMUS Mobilidade, ERASMUS Mundus, Leonardo da Vinci, Comenius, EILC e projetos de cooperação com os PALOP), a vários níveis e em vários âmbitos, promovendo a dimensão internacional nos estudos e o fomento da mobilidade dos estudantes, docentes e não docentes no ensino superior. Este serviço é transversal a toda a instituição e serve todos os ciclos de estudo. Como instrumento para a equivalência de créditos é celebrado um plano de equivalência (*learning agreement*) que define o plano de estudos a frequentar em mobilidade para o aluno, nacional ou estrangeiro. Outras competências obtidas pelo estudante em mobilidade, para além do plano de estudos definido, são objeto de reconhecimento de créditos através do Suplemento ao Diploma.

7.2.6 Adequação do conteúdo das informações divulgadas ao exterior sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado

A ESCE utiliza como meio de comunicar com o exterior o Portal do IPVC, newsletters e redes sociais para a divulgação de informação sobre o CE. Como forma de incrementar a sua relação com o meio envolvente, os docentes escrevem de acordo com a sua especialidade notícias, que são divulgadas em inúmeros jornais.

Como referido anteriormente a ESCE no ano presente ano realizou as 3ª Jornadas da Contabilidade e Fiscalidade a formação da OTOC.

Esteve presente na feira mostra do IPVC, que foi visitada por inúmeras escolas secundárias dos distritos de Braga e Viana do Castelo.

8. Processos (Formação)

8.1 Objetivos de Aprendizagem

O IPVC sendo uma instituição pública de ensino superior produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior. Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade. Os seus objetivos enquadram-se em 7 Eixos de objetivos: Formação, Investigação e Desenvolvimento + Inovação [I&D+I], Desenvolvimento Humano, Direcção Estratégica, Marketing e Comunicação, Relações com a Sociedade/Internacionalização, e Logística.

O ciclo de estudos da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade tem por objetivo formar técnicos capazes de exercer funções, aos mais diversos níveis de responsabilidade, na área da Contabilidade e Fiscalidade, como sejam: a dinâmica contabilística, o domínio do nosso sistema fiscal, a identificação da relevância das informações contabilísticas num contexto de perpetuidade das organizações, o apoio à tomada de decisões económico-financeiras nas organizações, a prestação de contas e a identificação/evolução/medida da riqueza da organização.

Comunicação e monitorização dos objetivos do ciclo de estudo

O quadro IV, a seguir apresentado, e relativo ao ano letivo de 2012/2013, mostra o número de alunos inscritos, o número de alunos avaliados, aprovados e reprovados, a taxa de alunos inscritos que se submete a avaliação (avaliados/inscritos) e a taxa de aprovação (avaliados/aprovados) às diferentes unidades curriculares que compõem a respetiva licenciatura.

No que se refere à taxa de disponibilização dos conteúdos programáticos das unidades curriculares e execução das mesmas, é de 100%, tal como a taxa de cumprimento de lançamento de sumários e avaliações que também é de 100%, respondendo às exigências do Sistema de Gestão e da Qualidade do IPVC.

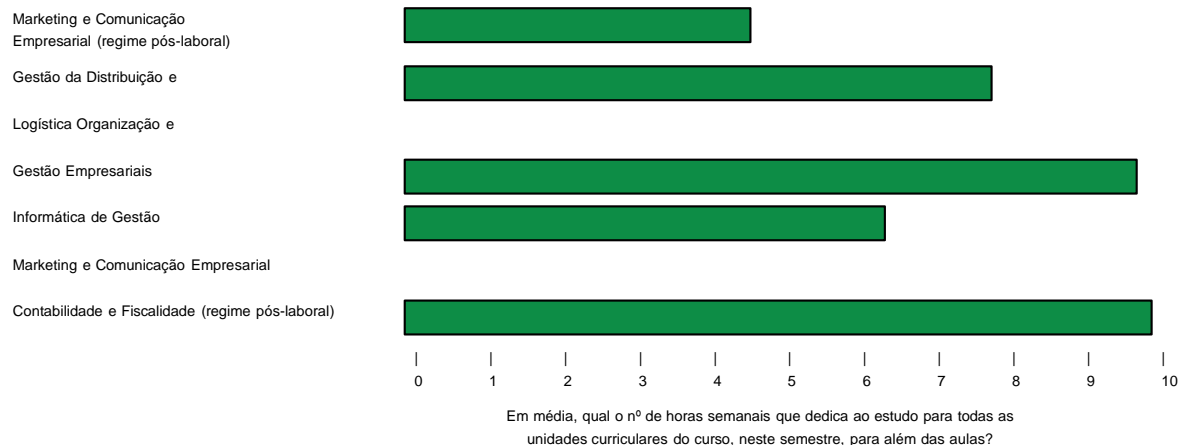
Ano	Sem	Unidades Curriculares	N.º de alunos inscritos	N.º de alunos avaliados	N.º de alunos aprovados	N.º de alunos não aprovados	Taxa de avaliação com base nos alunos inscritos (aval/insc)	Taxa de aprovação com base nos alunos avaliados (aprov/aval)
1.º	1.º	Organização de Empresas	18	14	13	1	78	93
		Economia	12	5	5	0	42	100
		Introdução à Informática*	1	0	0	0	0	0
		Informática Organizacional	16	12	12	0	75	100
		Matemática I*	3	2	2	0	67	100
		Matemática	29	11	8	3	38	73
		Contabilidade Financeira I	19	13	6	7	68	46
	2.º	Noções de Direito Empresarial	13	8	8	0	62	100
		Contabilidade Financeira II	22	14	12	2	64	86
		Matemática II	1	0	0	0	0	0
		Cálculo Financeiro	22	17	15	2	77	88
		Direito das Obrigações	13	6	5	1	46	83
		Estatística I	30	14	13	1	47	93
		Fiscalidade I	18	12	10	2	67	83
2.º	3.º	Sistemas e Aplicações Informáticas	18	7	6	0	39	86
		Gestão Financeira I	20	12	11	1	60	92
		Contabilidade Financeira III	19	19	16	3	100	84
		Introdução à Base de Dados	17	17	16	1	100	94
		Relacionamento Interpessoal, Liderança e Negociação*	1	0	0	0	0	0
		Fiscalidade II	25	16	11	5	64	69
		Direito do Trabalho e das Sociedades Comerciais	18	18	17	1	100	94
	4.º	Estatística II	23	21	18	3	91	86
		Contabilidade Financeira Avançada	28	22	22	0	79	100
		Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	20	18	17	1	90	94
		Gestão Financeira II	20	12	11	1	60	92
		Fiscalidade III	25	24	22	2	96	92
		Contabilidade Gestão I	28	16	6	10	57	38
		Auditoria	17	14	11	3	82	79

3.º	5.º	Contabilidade Pública	15	14	14	0	93	100
		Análise de Projetos de Investimento	22	15	6	9	68	40
		Comércio Eletrónico*	1	0	0	0	0	0
		Relato Financeiro	22	22	19	3	100	86
		Modelos Informáticos Organizacionais	16	16	16	0	100	100
		Finanças	20	20	14	6	100	70
		Contabilidade de Gestão II	20	20	20	0	100	100
5.º	5.º	Gestão Orçamental	23	18	17	1	78	94
		Ética e Deontologia Profissional	1	1	1	0	100	100
		Contabilidade Analítica*	3	1	1	0	33	100
		Finanças Internacionais*	1	1	1	1	100	100
		Contabilidade das Instituições Financeiras	21	19	19	0	91	100
		Prática Simulada em Ambiente Empresarial*	3	2	2	0	67	100
		Projeto Simulação Empresarial	17	13	13	0	76	100

8.2 Verificação da Carga média de Trabalho necessária aos estudantes correspondente ao estimado em ECTS

Como previsto na elaboração do plano de estudos segundo o processo de Bolonha, é aferida a atribuição dos créditos ECTS às diferentes unidades curriculares através de inquéritos realizados aos alunos e aos docentes.

O quadro VI apresenta a média das horas de dedicação a todas as unidades curriculares das licenciaturas ministradas na ESCE. É possível verificar, nesse quadro, que a licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade é a licenciatura que apresenta maior média de horas de dedicação, quando comparada com as restantes licenciaturas. Os alunos reconhecem que para além das aulas dispõem em média 10 horas para estudo semanal.



Quadro VI - Os ECTS utilizados para o processo de registo

8.3 Periodicidade da Revisão curricular

Os desafios de hoje em dia, um mundo cada vez mais global e competitivo, a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em 1/1/2010 e as novas regras de acesso à profissão de TOC, levou a que se procedesse a uma reestruturação do plano de estudos e reformulação/atualização dos conteúdos programáticos das Unidades Curriculares (UC's) da Licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade. Os alunos têm beneficiado de uma aprofundada e eficaz colaboração intercurricular, promovendo-se uma progressiva articulação entre as UC's, mediante reuniões promovidas com o corpo docente e auscultando os estudantes, que concorrem e apostam numa melhoria do saber partilhado e na promoção das competências dos mesmos.

9. Resultados Académicos

Contabilidade e Fiscalidade	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
N.º diplomados			7	14	7
N.º diplomados em N anos			7	11	2
N.º diplomados em N +1 anos			0	3	4
N.º diplomados N+2 anos			0	0	1
N.º diplomados em mais de N+2 anos			0	0	0

9.1 Sucesso Escolar

De acordo com os resultados apresentados referente à taxa de aprovação dos alunos da licenciatura de DL em cada unidade curricular, permite a monitorização do sucesso escolar e a definição de ações de melhoria na promoção do sucesso escolar.

9.2 Empregabilidade

O IPVC encontra-se neste momento a promover a auscultação dos seus antigos estudantes através de um inquérito online. Esta metodologia de auscultação é recente e está implementada desde Fevereiro de 2012, não tendo sido possível obter um conjunto de resposta que permita, desde já, a resposta à questão 7.1.4 do ACEF. Desta forma, o enquadramento da empregabilidade dos diplomados do ciclo de estudo é efetuado considerando os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, descritos no Relatório do GPEARI-MCTES “A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior”.

9.3 Internacionalização

Nível de Internacionalização no Ciclo de Estudos	
Percentagem de alunos estrangeiros	0 %
Percentagem de alunos em programas internacionais	0%
Percentagem de docentes estrangeiros	0%
Percentagem de docente em programas internacionais	0%

10. Análise SWOT do Ciclo de Estudos

Identificação dos seguintes pontos:

Pontos fortes

Plano curricular adequado às expectativas atuais do mercado (curso reconhecido pela OTOC); reputação bem estabelecida do IPV C quer a jusante junto de potenciais formandos, quer a montante junto das empresas; partilha de custos com outros projetos de Ensino, permitindo assim o funcionamento deste Ciclo sem a exigência de um investimento acrescido; plano curricular orientado para a aplicação prática dos conhecimentos; Baixa taxa de desemprego destes diplomados na Região; curso pós-laboral permitindo aos alunos adquirir/atualizar conhecimentos bem como ingressar no mercado de trabalho.

Pontos fracos

A inexistência do curso em horário laboral; escola jovem com cursos recentes e rotinas/processos em fase de sistematização; investimentos em curso, que não permitem, ainda, a operacionalização plena das potencialidades/atividades identificadas pelos intervenientes no processo formativo;

Oportunidades

O elevado número de empresas / gabinetes de contabilidade com necessidade regular de atualização de conhecimentos; A obrigatoriedade de formação certificada pela OTOC; Dinâmica transfronteiriça e a necessidade de aumentar as exportações; as pequenas e médias empresas contratam cada vez mais profissionais de contabilidade, não só para o exercício das funções contabilísticas, mas para um papel mais abrangente de execução e controlo das funções financeiras e administrativas, na sua plenitude; valorização social e ambiente político-económico favorável à atitude empreendedora entre os jovens.

Constrangimentos

Existência de outras licenciaturas com objetivos similares oferecidos por outras Instituições do Ensino Superior, levando a um aumento da concorrência, e a consequente dificuldade de atração de estudantes; falta de capacidade e de crescimento das empresas devido ao atual contexto económico; baixo poder económico para sustentar os custos inerentes à educação.

11. Proposta de ações de melhoria

	N.º	Proposta de melhoria	Tempo de implementação Medida	Prioridade	Indicador de implementação
Objetivos gerais do ciclo de estudos	1	Protocolos com instituições internacionais reputadas na área da Contabilidade;	12 meses	Alta	O número de protocolos estabelecidos com instituições internacionais da Contabilidade;
	2	Definição das linhas de investigação levadas a cabo por um núcleo de investigação orientado para Contabilidade e Fiscalidade no IPVC;	12 meses	Alta	O número de linhas de investigação por núcleo de investigação do IPVC;
	3	Definição de metas para investigação científica, aplicadas aos grupos científicos da Contabilidade e Finanças do IPVC;	12 meses	Alta	O número de projetos de investigação levados a efeito numa base anual;
	4	Criação de uma central de informação que estimule ainda mais o elo de cooperação entre a escola e a comunidade;	6 meses	Alta	O número de participação das empresas nas atividades académicas da ESCE;
	5	Celebrar acordos de realização de estágios-extracurriculares em empresas da região, para todos os alunos interessados;	6 meses	Média	O número de Estágios Extra-Curriculares realizados/ número de Estágios Extra-Curriculares solicitados.
Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade	1	Melhorar a participação dos estudantes no sistema interno de garantia da qualidade, incluindo aumento da taxa de participação nos inquéritos à qualidade de ensino; integração nas equipas de auditorias internas ao sistema e nas equipas de elaboração dos relatórios de curso.	12 meses	Alta	Taxa de participação dos estudantes nos inquéritos online à qualidade de ensino; Número de auditorias com participação de estudantes.
	2	Melhorar os sistemas de informação e comunicação, tornando mais eficiente o fluxo de informação/documentos de suporte ao sistema e a monitorização de indicadores de desempenho e a tomada de decisão para a melhoria contínua. Implementação de sistema de workflow. que permita a redução do papel nos fluxos documentais e melhorar integração dos sistemas de informação administrativos entre si.	24 meses	Média	Número de processos com sistema de workflow implementado; Tempo de decisão de ações para resposta a não-conformidades detetadas no sistema; tempo de resposta a reclamações
	3	Adaptação do sistema interno de garantia da qualidade aos princípios, referenciais e critérios propostos pela A3ES (aplicação do Guião de Auto-avaliação)	18 meses	Alta	Nível de cumprimento dos referências de autoavaliação (com base no relatório de auditoria realizada pela agência)
Recursos materiais e parcerias	1	Criar protocolos e parcerias com empresas profissionais de estudos de mercado;	6 meses	Média	O número de protocolos e parcerias com empresas profissionais de estudos de mercado.

	2	Conclusão da construção do edifício ESCE;	18 meses	Alta	O número de acordos de acesso aos estudos de audiometria a nível nacional e ao software de planeamento de meios.
	3	Criar protocolos com empresas de maior relevância no Alto Minho;	6 meses	Alta	O número de protocolos com empresas de relação com os media e controlo de impacto.
	4	Criar uma sala exclusiva para a prática de simulação empresarial, após a conclusão do novo edifício ESCE;	24 meses	Alta	Grau de projetos apoiados pelas estruturas centrais de produção do IPVC.
	5	Adquirir assinaturas de publicações regulares de carácter técnico e científico.	6 meses	Alta	Número de revistas de referência disponibilizadas na biblioteca.
Pessoal docente e não docente	1	Contratação de professores especialistas integrados na economia local;	24 meses	Alta	Percentagem de professores especialistas a tempo integral no prazo de dois anos;
	2	Aumentar o número de participação dos docentes em conferências de relevâncias internacionais, nomeadamente encontrando formas de aumentar o apoio financeiro para a investigação dos docentes;	24 meses	Alta	O número de participações dos docentes em eventos de carácter internacional; Montante de apoio financeiro concedido por participação em eventos de carácter internacional;
	3	Adequar a atividade dos docentes, para permitir que se dediquem à conclusão dos seus doutoramentos com a maior brevidade;	12 meses	Alta	
	4	Contratar ou deslocalizar pessoal não docente existente nas outras unidades orgânicas do IPVC.	12 meses	Alta	Número de pessoal não docente por cada 100 alunos.
Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem	1	Flexibilizar o horário de atendimento em horário pós-laboral;	6 meses	Alta	Número de horas disponibilizado por docente responsável por turmas em horário pós-laboral;
	2	Proporcionar módulos de homogeneização de conhecimentos;	6 meses	Alta	Identificação dos módulos prioritários e sua implementação;
	3	Introdução de novas estratégias pedagógico-didáticas de motivação e sensibilização para a pertinência da aquisição de conhecimentos;	6 meses	Alta	Observação através dos resultados práticos de aquisição de conhecimentos;
	4	Sensibilização dos alunos para a importância da sua participação para a qualidade de ensino.	6 meses	Alta	Constatação por observação da evolução dos alunos quanto à sua participação nos questionários sobre a qualidade do serviço prestado
Processos	1	Implementação de metodologias de acompanhamento regular do processo de ensino;	6 meses	Alta	Número de reuniões de acompanhamento regular com os alunos;
	2	Criar mecanismos de obrigatoriedade exclusiva de acesso via moodle	6 meses	Alta	Número de processos feitos através da plataforma moodle
Resultados	1	Apoiar de forma ativa a colocação em empresas de referência da região, dos futuros licenciados;	6 meses	Alta	Percentagem de estagiários colocados nas 100 melhores empresas da região;

2	Estimular a participação de académicos através de protocolos de colaboração, nomeadamente, instituições espanholas	12 meses	Média	Número de protocolos estabelecidos entre a ESCE e instituições de ensino superior internacionais;
3				Evolução da quota de alunos estrangeiros no número total de alunos